



CMU 000616-LEG 11/Jun/2021 13:57

INDICAÇÃO nº 87 /2021

REQUERER a Prefeitura Municipal que o retorno às aulas presenciais da rede municipal se dê após a imunização dos trabalhadores da educação.

Documento _____

Senhor Presidente,
Senhoras Vereadoras,
Senhores Vereadores:

A Vereadora **Manoela Rosa Couto**, vem respeitosamente, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno desta Casa Legislativa **INDICAR** que, após aprovado pelo douto Plenário, seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Prefeito, com a seguinte proposta:

REQUERER a Prefeitura Municipal que o retorno às aulas presenciais da rede municipal se dê após a imunização dos trabalhadores da educação, segue justificativa.

JUSTIFICATIVA

A Vereadora Manoela Couto, no uso de suas atribuições regimentais, vem **REQUERER** a Prefeitura Municipal que o retorno às aulas presenciais da rede municipal se dê após a imunização dos trabalhadores da educação, de modo a garantir a preservação da vida dos servidores públicos municipais e, em especial, das crianças e adolescentes das escolas públicas, bem como de seus familiares.

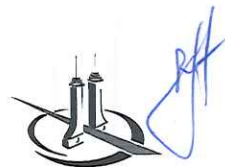
Sabe-se que a capacidade de atendimento médico-hospitalar está exaurida, assim como os profissionais da área da saúde; que o número de pessoas infectadas é crescente e que os óbitos por coronavírus crescem a cada dia.

A Covid-19, neste ano, tem se demonstrado mais agressiva e letal, em todas as idades, independentemente até de comorbidades prévias. Do mesmo modo, o presente documento visa respeitar, contribuir e valorizar o incansável trabalho realizado pela Santa Casa, liderado pela gestora Thaís, pela Secretaria de Saúde e pelos profissionais da saúde de Uruguaiana.

Como alternativa, propomos uma intervenção junto ao Governo Federal para o cumprimento da Lei Federal 14.172 de 2021, publicada hoje no Diário Oficial da União, a qual garante o acesso à internet a alunos e professores da Educação Básica Pública - inclusive, se for o caso, intervenção esta via ação judicial cabível para o cumprimento deste novo direito.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



Neste sentido, sugerimos também um plano de investimentos municipais na qualificação do ensino remoto, uma vez que, conforme recente prestação de contas, o investimento em Educação estão 10% abaixo do mínimo constitucional (25%) - até que a Lei Federal 14.172 de 2021 seja implementada com os recursos da União.

Uruguaiana, 11 de junho de 2021.


Ver.^a Manoela Rosa Couto
Bancada do PDT